

**EDcl nos EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.019.997 - SP (2016/0309222-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**EMBARGANTE** : **MARIA DE LOURDES PELOSO PEREIRA**  
**ADVOGADO** : **MATHEUS OLIVEIRA DE CARVALHO E OUTRO(S) - MG171502**  
**EMBARGADO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ASSIST. MP** : **ANTONIO DE CARVALHO PEREIRA**

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. Nos limites expressamente estabelecidos pelo artigo 619 do Código de Processo Penal, destinam-se os embargos de declaração a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou ambiguidade eventualmente existentes no julgado combatido.

2. Não se verifica no acórdão a omissão assinalada nos aclaratórios interpostos, porquanto foi a controvérsia dirimida consoante entendimento jurisprudencial firmado nesta Corte Superior de Justiça.

3. A decisão monocrática e o acórdão do agrado regimental são claros ao indicar a presença de óbice ao conhecimento do recurso, uma vez que decidir se o veredicto dos jurados foi ou não manifestamente contrário às provas dos autos depende de revolvimento fático-probatório, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ. Logo, incabível o recurso especial, autorizando o julgamento monocrático do agrado.

Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, rejeitar os embargos. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Felix Fischer votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO JORGE MUSSI**  
**Relator**